

O Dilema Progressista e a Escalada da Criminalidade no Brasil Contemporâneo

Introdução

Por Marcos Marinho Santiago de Jesus¹

O debate sobre segurança pública na América Latina tem revelado tensões recorrentes entre governos de orientação progressista e a necessidade de enfrentar o crescimento da criminalidade organizada. Como observa James Burnham (2015), regimes progressistas tendem a apresentar dificuldades estruturais em lidar com o uso da força, elemento inevitável para preservação da ordem social. No Brasil, especialmente durante governos progressistas, essa tensão se traduziu em hesitação quanto ao fortalecimento das forças de segurança, o que coincidiu com a expansão do poder do crime organizado e o aumento da violência urbana.

Este artigo busca analisar a escalada da criminalidade no Brasil sob governos progressistas, com foco no cenário atual, dialogando com a literatura nacional sobre violência e segurança pública.

O dilema progressista e a segurança pública

Burnham (2015, p. 317) destaca que “o progressista é impedido por sua ideologia de admitir o papel necessário e essencial da força”. Isso decorre de uma **visão otimista da natureza humana**, ignorando seus conflitos e limitações permanentes, como também observou Thomas Sowell (2011). Esses autores apresentam uma visão mais realista da natureza humana, destacando que ela é marcada por conflitos de interesses, falhas morais e impulsos irracionais que não podem ser totalmente sanados por meios pedagógicos, negociações ou retórica.

Ainda segundo Burnham (2015), a negação dessa realidade da natureza humana leva a governos que, em vez de planejar e administrar de forma racional o uso da força, recorrem a expedientes verbais e manipulações políticas até que, diante de crises, são obrigados a empregá-la de modo improvisado, desproporcional ou ineficaz. O resultado é um uso errático do poder coercitivo, incapaz de garantir a estabilidade e a segurança social. Ou seja, longe de significar um grau elevado de pacifismo na ideologia progressista, o que se vê é que quase sempre “perdem a mão” quando agem de forma repressiva².

¹ É Coronel da Polícia Militar do Amazonas.

² “Isso não significa que os esquerdistas, ao ocuparem a classe governante (ou quando constituem uma oposição revolucionária lutando para se tornar a classe governante) nunca façam uso da força. Se não puderem evitar, eles o farão, às vezes até em excesso. No entanto, devido à sua ideologia, eles não se ajustam intelectual e moralmente à força. Eles tendem, assim, a usá-la de modo ineficaz, nos momentos e lugares errados, contra os alvos errados, em intensidades erradas (BURNHAM, 2015, p. 317).

A lógica progressista, por essas razões, tende a relativizar o papel das forças de segurança, enxergando nelas instrumentos de repressão e desigualdade social. Essa visão gera resistência em investir na profissionalização, estruturação e no fortalecimento institucional das polícias, das forças armadas e do sistema penitenciário. O resultado é uma lacuna estratégica: embora o Estado seja responsável pela manutenção da ordem, hesita em utilizar os meios coercitivos de que dispõe de forma planejada e eficaz.

No contexto brasileiro, essa postura se refletiu e, continua se refletindo, em narrativas de inclusão, reformas sociais e direitos humanos, mas que relutam em estruturar o aparato coercitivo do Estado de maneira eficaz. Autores nacionais corroboram essa interpretação. Alba Zaluar (2000) aponta que a negligência com a segurança pública foi historicamente associada a uma visão reducionista de que a violência seria apenas “expressão da pobreza”, desconsiderando a complexidade do fenômeno criminal. Michel Misse (2006) acrescenta que o crime organizado no Brasil se desenvolveu justamente nesse vácuo de políticas consistentes, consolidando mercados ilegais e ampliando sua capacidade de infiltração no Estado.

Assim, enquanto o progressismo alega enfrentar desigualdades sociais, evita reconhecer a centralidade da força na manutenção da ordem, o que resulta em estratégias inconsistentes e pouco eficazes no enfrentamento da criminalidade.

A criminalidade no Brasil sob governos progressistas

Durante os anos 2000 e 2010, as principais facções criminosas — como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) — expandiram significativamente sua atuação. Sérgio Adorno (2002) observa que o sistema penitenciário, longe de ser reformado, tornou-se incubadora dessas facções, que passaram a exercer controle territorial dentro e fora das prisões.

No cenário contemporâneo, dados do *Atlas da Violência* (IPEA, 2023) e do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2023) confirmam a persistência de altos índices de homicídios e da presença das facções no controle de comunidades periféricas. Tais dinâmicas são agravadas pela ausência de integração entre as forças federais e estaduais e pela relutância em empregar medidas repressivas de forma planejada.

Como enfatiza Misse (2006), “o crime organizado preenche espaços de soberania deixados vagos pelo Estado”, o que se verifica na substituição da autoridade pública por facções que impõem normas próprias e exercem controle social.

O contraste latino-americano

O caso brasileiro encontra paralelos em experiências de outros países latino-americanos. No México, por exemplo, a hesitação de governos progressistas em adotar medidas repressivas consistentes contra os cartéis contribuiu para a consolidação do narcotráfico em vastos territórios. Esse cenário ilustra o dilema

descrito por Burnham quando declara que a dificuldade em lidar com a força produz governos incapazes de controlar a escalada da violência.

Conclusão

A escalada da criminalidade no Brasil durante governos progressistas não pode ser compreendida apenas como produto das desigualdades sociais, mas também como reflexo de escolhas políticas e ideológicas que subestimaram o papel da força no ordenamento social. Ao priorizar narrativas de inclusão sem associá-las a um projeto robusto de segurança pública, esses governos permitiram a expansão de facções criminosas e a consolidação de sua influência territorial.

O caso brasileiro confirma a tese de Burnham e reforça a análise de Zaluar, Misse e Adorno: a violência organizada não pode ser enfrentada sem uma política de segurança pública que reconheça a inevitabilidade da força e que busque seu uso racional, planejado e eficaz.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios*. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 2, p. 21-29, 2002.
- BURNHAM, James. *O suicídio do Ocidente*. São Paulo: É Realizações, 2015.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2023*. Brasília: IPEA, 2023.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- SOWELL, Thomas. **Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas**. São Paulo: É Realizações, 2011.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.